

MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS NA REDEMOCRATIZAÇÃO DA UFPA

MEMORIES OF RESISTANCE: THE JOURNEY OF THE BRAZILIAN PROBLEMS STUDIES DISCIPLINE DURING THE RE-DEMOCRATIZATION AT UFPA



Davison Alves¹

Resumo: O artigo examinava a trajetória da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) durante os anos de ditadura e redemocratização na Universidade Federal do Pará (UFPA). Baseado em reflexões desenvolvidas no doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, o estudo investigava o impacto da disciplina EPB, analisando seus objetivos e tensões, especialmente no contexto da repressão civil-militar. A narrativa foi contextualizada pelo assassinato do estudante César Moraes Leite, evento marcante que ilustra as contradições da época, incluindo a presença de forças repressivas nas universidades e a censura à educação crítica. A análise contempla o papel da Comissão Estadual da Verdade no Pará e o uso de fontes orais, abordando memórias, traumas e reivindicações de justiça e reparação das vítimas da ditadura. O artigo destacava a importância de políticas de memória, promovendo o respeito à diversidade e resistência. A história da EPB na UFPA refletia a luta por direitos humanos e a necessidade de lembrar o passado para evitar a repetição de abusos.

Palavras-chave: Estudos de Problemas Brasileiros; redemocratização; UFPA; ditadura militar; memória.

Abstract: This article examined the trajectory of the Brazilian Problems Studies (Estudos de Problemas Brasileiros, EPB) discipline during the years of dictatorship and re-democratization at the Federal University of Pará (UFPA). Based on reflections developed in a doctoral program within the Graduate Program in Social History of the Amazon, the study investigates the impact of the EPB course, analyzing its objectives and tensions, especially in the context of civil-military repression. The narrative was contextualized by the murder of student César Moraes Leite, a notable event that illustrates the contradictions of the time, including the presence of repressive forces on university campuses and

¹ Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (2022). Mestre em História Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2016), graduado em História (Licenciatura e Bacharelado, 2013) e em Pedagogia (2021), ambos pela UFPA. Professor adjunto da Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), onde atua também no PROFHISTÓRIA/UNIFESSPA (polo Xinguara), coordena a Especialização em Didática e Prática Pedagógica na Educação Básica (DPPEB). E-mail: davison.rocha@unifesspa.edu.br.



ensorship of critical education. The analysis considers the role of the State Truth Commission in Pará and the use of oral sources, addressing memories, traumas, and demands for justice and reparation for victims of the dictatorship. The article underscores the importance of memory policies, advocating for respect for diversity and resilience. The history of EPB at UFPA reflected the struggle for human rights and the need to remember the past to prevent the recurrence of abuses.

Keywords: Brazilian Problems Studies; re-democratization; UFPA; civil-military dictatorship; memory.

Para não dizer que não falei de flores em tempos de redemocratização na UFPA

A reflexão que propomos neste artigo foi resultado das discussões desenvolvidas durante o doutorado em História Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA) no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST). Analisamos ao longo da tese a historicidade da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) durante os 24 anos de existência dessa disciplina no currículo do ensino superior.

Para isso, nesta breve reflexão sobre direitos humanos, ditadura militar e Estudos de Problemas Brasileiros iremos contar a partir do assassinato do estudante universitário César Moraes Leite e a relação conflituosa da família deste estudante universitário com a ditadura militar durante a redemocratização, quando ocorreu o evento recente que marca a história da Universidade Federal do Pará (UFPA) dentro de uma sala de aula de EPB.

Para o autor Chervel (1990) a disciplina escolar/acadêmica não foi nem uma adaptação nem uma vulgarização da ciência de referência como pensa Yves Chevallard, mas um produto da escola/universidade. Nesse sentido, tínhamos que estudar a história das disciplinas curriculares a partir dos sentidos exercidos pela universidade em diferentes momentos da existência de determinada disciplina.

O currículo foi uma construção cultural, como nos lembra Tomas Silva (2016). O campo do currículo possuía diversos significados, portanto, ele não foi um elemento neutro. Durante a ditadura militar a disciplina EPB, por um determinado momento procurou enquadrar o estudante universitário ao modelo de “sujeito nacional”, para atender aos interesses da ditadura vigente.



Fica-se expresso no programa curricular da disciplinar EPB para o ensino superior, vejamos a seguir quais eram os sentidos atribuídos pelo CNMC e pelo CFE no que se refere a construir um olhar para o Brasil, para a sociedade e para universidade que tangenciam com as leituras dos militares que assumiram o comando do país no pós-64, e tentam domesticar a juventude brasileira aos moldes da caserna.

Quadro I – Programa da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros

Unidade I – Panorama geral da brasilidade brasileira <ul style="list-style-type: none">▪ Características gerais da geopolítica e geoeconomia nacional.▪ O homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária; situação demográfica.▪ As instituições sociais, políticas e econômicas.▪ O comportamento social; estratificação, mobilidade e adaptação social; ação comunitária; ética individual, profissional e social.
Unidade II – Problemas morfológicos <ul style="list-style-type: none">▪ As estruturas econômicas; análise do sistema econômico brasileiro.▪ As estruturas sociais. As estruturas políticas e as características da democracia no Brasil.▪ A estrutura dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
Unidade III – Problemas de desenvolvimento econômico <ul style="list-style-type: none">▪ A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; Petróleo e Siderurgia.▪ Povoamento do solo.▪ A Amazônia e seus problemas.▪ O Nordeste e seus problemas.▪ Os transportes e a economia.▪ Desenvolvimento agrícola e pecuário.▪ Reforma agrária. Problema energético.▪ Desenvolvimento industrial.▪ Comércio interno e internacional.▪ Disparidades regionais e integração econômica setorial e nacional.▪ Política monetária, creditícia e fiscal. Planejamento econômico, Trabalho e Previdência Social.▪ Mercado de capitais.
Unidade IV – Problemas Socioeconômicos <ul style="list-style-type: none">▪ Habitação.▪ Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação.▪ Saneamento básico e erradicação das endemias.▪ Educação, diagnóstico e soluções.
Unidade V – Problemas Políticos <ul style="list-style-type: none">▪ Filosofias e ideologias políticas.▪ O poder nacional: suas expressões.▪ Representação popular.▪ Partidos políticos: organização e funcionamento.▪ Evolução política nacional.▪ Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais.▪ Política econômica.▪ Política social.▪ Política externa.▪ Organismos políticos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA).
Unidade VI – Segurança Nacional <ul style="list-style-type: none">▪ Segurança externa e interna.▪ Responsabilidade do cidadão.▪ Guerra Revolucionária.▪ As Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica.▪ Formulação de uma doutrina e execução de uma política de Segurança Nacional: conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra.



Fonte: ALVES (2024)

Fazendo uma leitura crítica do currículo pensado para a disciplina EPB no ensino superior, por exemplo, o Conselho Federal de Educação (CFE) não pensou nos materiais didático-pedagógicos que materializam na prática a disciplina acadêmica, não havia espaço para debater temáticas que estão nos cantos da cidade, nos espaços universitários do Brasil, a saber: violência, desigualdade social, gênero e diversidade, miséria, meio ambiente, entre outros.

Portanto, queremos analisar a ditadura militar a partir das variações e complexidades do período autoritário no Brasil, para fugir das dicotomias estritas (colaboracionismo versus resistência, algoz versus vítima e opressor versus oprimido), optamos, neste artigo, por alinhar-nos às reflexões de Denise Rollemberg e Samantha Quadrat (2011), onde para elas as ambivalências nos mostram as “duplicidades formatadas nos moldes dos homens e mulheres”.

O texto estava assim dividido. No primeiro momento, abordamos a disciplina curricular), EPB em tempos de redemocratização. No segundo momento, apresentamos o evento recente na UFPA que questionaram a ditadura militar após o assassinato de César Moraes Leite. Por fim, queremos ressaltar que a ditadura militar estava enfraquecida durante os anos 80, e com isso, novos olhares estavam sendo pensados dentro desse contexto para o currículo universitário no ensino superior.

Diante do que foi exposto, questionamos: como a disciplina EPB têm sido observados diante dos olhares dos professores universitários, dos discentes universitários em tempos de redemocratização após o assassinato de César Moraes Leite no campus do Guamá? E nesse sentido, quais eram as possibilidades teórico-práticas desenvolvidas e sugeridas como caminho possível para o ensino e a aprendizagem da disciplina acadêmica após o ocorrido no pavilhão Fb? Essas questões tomam forma na parte seguintes deste artigo.

A discussão historiográfica utilizada ao longo deste artigo filia-se à chamada História do Tempo Presente (HTP). Segundo o historiador François Dosse (2012, p. 11), trata-se de um campo de pesquisa em que a noção de “tempo presente” funciona como meio de revisitação do passado, permitindo questionar tanto suas certezas quanto suas incertezas. Nesse sentido, consideram-se processos e eventos históricos ainda em aberto, compondo aquilo que Henry Rousso (2016) denomina de “uma história que não passa”.



Um debate presente na sociedade paraense foi a criação da Comissão Estadual da Verdade do Pará (CEV-Pará)², sendo pensada pela lei aprovada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará no dia 31 de março de 2014, o governador Simão Jatene (PSDB-PA), durante as comemorações dos 50 anos do golpe civil-militar de 64 assinado a lei estadual 7.802,

Art. 1º Fica criada no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a Comissão Estadual da Verdade e Memória, com a finalidade de colaborar com a Comissão Nacional da Verdade, examinar e esclarecer as graves violações de Direitos Humanos ocorridas contra qualquer pessoa no território do Estado do Pará durante o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito de memória, da verdade histórica e promover a consolidação do Estado Democrático de Direito. Art. 2º A Comissão Estadual da Verdade e Memória, composta de forma pluralista, será integrada por nove membros entre brasileiros de reconhecida idoneidade moral e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade, bem como com o respeito aos Direitos Humanos (PARÁ, 2014, p. 5).

Posteriormente, após a coleta de informações foi organizada pela Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA), uma publicação em 3 tomos, nela encontra-se diversas temáticas sobre a ditadura militar no Pará, que possuem olhares sobre o período autoritário por pesquisadores, representantes da sociedade civil paraense, entre outros, a fim de lançar novas perspectivas sobre esse evento traumático no estado em nosso Estado³.

1. A disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros em tempos de redemocratização: “abaixo a ditadura! O povo jamais será vencido!”.

A disciplina EPB teve dois momentos no contexto curricular universitário no pós-64. O primeiro momento foi no período de 1969 a 1977, pensado a partir da lei federal 869 de 12 de setembro de 1969⁴. Era o modelo da ditadura militar

² PARÁ. LEI 7.802 de 31 de março de 2014. Diário Oficial do Estado do Pará, 15 de abril de 2014, caderno 1, p. 5.

³ O relatório da comissão estadual da verdade do Pará possui três tomos contendo 11 capítulos, são eles: (a) *Tomo I* – capítulo 1: apresenta os antecedentes e a luta pela CEV no Pará, capítulo 2: artigos para uma breve contextualização da política paraense, capítulo 3: Amazônia paraense no relatório final da comissão nacional da verdade; (b) *Tomo II* – capítulo 4: A imprensa paraense na ditadura, capítulo 5: Universidade Federal do Pará, capítulo 6 – A violência no Pará no relatório da Comissão Camponesa da Verdade, capítulo 7 – Guerra dos perdidos, ocultamentos históricos e busca de reparação, capítulo 8 – O sofrimento Aikewara: Relatório; (c) *Tomo III* - capítulo 9 - Ditadura e gênero, capítulo 10 – Justiça de Transição, capítulo 11 – recomendações.

⁴ O poder executivo através da junta governamental do Brasil Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha), Aurélio de Lima Tavares (Exército) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica) através do decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969, afirma que “dispõe sobre a



para implementação uma educação cívico-militar em todos os ambientes de ensino no país. No ensino superior o nome adotado para a educação moral e cívica no ensino superior foi Estudos de Problemas Brasileiros.

O segundo momento foi o período de 1977 a 1993, momento de crise da ditadura militar. Nesse contexto, começou a adotar uma estratégia de abertura lenta e gradual, mas as liberdades civis ainda eram limitadas, e a repressão continuava. Por exemplo, apesar das promessas de abertura, a repressão a opositores políticos, artistas e movimentos sociais continuava, com práticas de tortura e censura ainda prevalentes.

Cabe-se destacar que o Ato Institucional número 5 só foi revogado em 1979, portanto, estava-se vigente a repressão e a censura em todo o país. Segundo Fagundes (2019) o que se viu no período foi um aumento das mobilizações sociais, especialmente por parte de estudantes, trabalhadores, mulheres e intelectuais. Organizações e movimentos começaram a se articular, denunciando não apenas a ditadura, mas também as desigualdades estruturais de gênero e raça.

A igreja católica começou a fazer diversas críticas à ditadura, assim, incluiu uma ênfase nas graves violações dos direitos humanos, com denúncias de tortura, desaparecimentos e assassinatos de opositores. Foi nesse período que começaram a ser pensados o dossiê Brasil: Nunca Mais. Aliado a isso, o descontentamento também se manifestou em relação às políticas econômicas da ditadura, que levaram a um aumento da desigualdade social e a uma crise econômica, gerando protestos populares.

No campo educacional a formação de educadores também foi impactada, com programas voltados para a educação ideológica. No entanto, muitos educadores buscaram resistir a essa formação e promover um ensino mais crítico. Com isso, evidenciou-se a perspectiva dos direitos humanos, a chamada redemocratização deixou um legado de reflexão sobre a importância dos direitos humanos na educação e a necessidade de formar cidadãos críticos e conscientes.

Paulo Freire voltou ao Brasil em 1980 e continuou a defender uma educação crítica e inclusiva. Alinhando-se às ideias de uma educação

inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências”.



emancipadora, a pedagogia freiriana lança as bases de uma pedagogia histórico-crítica. Nessa direção, podemos afirmar que a disciplina EPB estava sendo vista no cenário educacional de redemocratização como processo histórico e educacional, bem como abordagem pedagógica a questão do social dentro do espaço universitário.

Usamos no presente artigo o conceito de ditadura militar por considerarmos que houve apoio da sociedade civil para legitimar através do golpe civil-militar no dia 31 de março de 64 a ditadura que durou 21 anos, nessa esfera de análise durante o período em questão houve atitudes dúbias de sujeitos e instituições dentro do jogo político brasileiro, que 60 anos depois precisam ser analisadas com as devidas cautelas sobre o nosso passado autoritário recente, pois, “os fenômenos históricos eram complexos. Não havia fatos simples. O bom entendimento histórico não foi confortável, apaziguador: ele não equaciona o passado, nem nos dá respostas definitivas, mas nos faz pensar” (FICO, 2014, p.8).

Nessa direção, o presente artigo possibilita discutir a relação ditadura militar, movimento estudantil e espaço universitário em tempos de redemocratização, a fim de estabelecer as relações sociais através das “resistências” discordando das bases sociais e históricas que deram sustentação ao movimento político de 31 de março de 1964 (MAGALHÃES, 2014, p. 7). A discussão central foi o assassinato do estudante universitário César Moraes Leite dentro de uma sala de aula de EPB durante o processo de abertura política no Brasil, compreendendo os ecos da ditadura militar na Amazônia.

1.1 “É preciso estar atento e forte, não tínhamos tempo de temer a morte”: lutas, sonhos e resistências na redemocratização brasileira.

O processo de transição política no Brasil foi considerado um espaço marcado por conflitos e crítica aos militares que estavam no poder. Nesse aspecto, cabe-se ressaltar o controle e a vigilância constante que estava sendo imposta no período (ALVES, 2024), por exemplo, evidenciou-se nos debates institucionais e sociais a necessidade de se remover o que se chamou de “entulho autoritário”⁵.

⁵ A expressão “entulho autoritário” estava no debate político e na ordem do dia durante a redemocratização, refere-se ao legado de práticas autoritárias e repressivas que persistiram no Brasil após o fim da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. A transição para a democracia no Brasil envolveu esforços para lidar com esse legado, como a promulgação da Constituição de 1988,



Conforme expressa Alzira Abreu:

A proposta de liberalização política, tal como foi apresentada, deveria ser lenta e gradual, controlada pelos dirigentes autoritários. A continuidade desse processo foi marcada por incertezas, avanços e recuos. Pode-se considerar que a transição democrática se efetivou em 1989, com a eleição pelo voto popular direto, de Fernando Collor de Mello, à presidência da república (ABREU, 2006, p. 10)

Segundo a historiador Marly Rodrigues, o povo voltou as ruas durante os anos 80, para contestar os militares e exigindo um regime político mais participativo, com isso, era necessário substituir os dispositivos de exceção que haviam sido gestados e implementados durante os anos 60, em todas as esferas da sociedade brasileira. Pode-se afirmar que surgiram diversas opiniões sobre como devemos apresentar alternativas a regime político vigente no Brasil versando como o monólogo, com a violência física e simbólica e com o pensamento acrítico.

Por isso, durante os anos o movimento de professores universitários através de associações como a Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH) e a Associação de Geógrafos do Brasil (AGB) atuam para fazer resistência as políticas educacionais e curriculares da ditadura militar. Esses professores, que em muitos casos haviam sido perseguidos ou censurados durante a ditadura, por exemplo, estiveram sido atingidos pelos atos institucionais na UFPA⁶ ou informações de contratações de professores na UFPA nos anos 60 do século XX⁷, tiveram papel central na redemocratização do país, contestando as políticas do governo na área da educação superior e lutando por reformas que visavam a democratização e a valorização do ensino.

que estabeleceu direitos e garantias fundamentais. No entanto, questões como a impunidade para crimes cometidos durante a ditadura e a falta de um debate mais profundo sobre os direitos humanos ainda persistem. Esses aspectos revelam que, apesar da democratização, os ecos da ditadura ainda reverberam na sociedade brasileira.

⁶ No dia 26 de junho de 1979 o reitor da UFPA, professor Aracy Amazonas Barreto, envia ofício circular para o secretário executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), foram elencados os seguintes professores universitários: Epílogo de Gonçalves Campos (atingido pelo AI nº 10), Henry Checralla Kayath (atingido pelo AI de 9 de abril de 1964), Ruy Guilherme Paranatinga Barata (atingido pelo AI de 9 de abril de 1964), Orlando Sampaio Silva (atingido pelo AI nº 12), Camilo Silva Montenegro Duarte (atingido pelo AI nº 5).

⁷ No dia 7 de fevereiro de 1969 o gabinete do reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), o reitor José da Silveira Netto em documento reservado solicita ao chefe da Assessoria de Serviços e Informações (ASI), o general Mário da Silva Machado, informações sobre a contratação dos seguintes professores: Olavo de Faria Galvão, Jorge da Silva Raimundo, Myriam de Moraes, Evenice Almeida Santos, José Antônio Damásio Abib, Álvaro Sérgio Ribas Junqueira. Fundo: Assessoria de Informações da Universidade Federal do Pará.



A ditadura militar priorizava o ensino técnico e a formação de mão de obra especializada para sustentar o crescimento econômico acelerado (milagre econômico). As universidades públicas eram vistas, principalmente, como locais para formar profissionais que atenderiam às demandas do mercado, e não como espaços para desenvolvimento crítico. Esse enfoque tecnocrático ignorava o papel da universidade como promotora de pensamento crítico e engajamento social, o que gerou resistência entre os professores e estudantes.

Os professores universitários lutaram para reverter a interferência direta do Estado nos currículos, na pesquisa acadêmica e na gestão universitária, por isso, faziam críticas ao processo de ensino-aprendizagem e a política tecnocrática da ditadura. A defesa da autonomia universitária tornou-se um dos pilares da mobilização dos professores.

Segundo Alves (2024), durante a redemocratização exigiu-se um novo currículo que atendesse as demandas da sociedade brasileira. A luta pela Anistia, a questão dos direitos humanos, a construção de uma nova constituinte e o movimento de retorno da sociedade brasileira à democracia foram pautas presentes no interior dos partidos políticos, dos movimentos estudantis universitários e da ANPUH.

O debate dos macromodelos dentro da história social francesa estava sendo colocada em discussão dentro da historiografia e dos historiadores durante os anos 80, por exemplo, a longa duração, a objetividade e as generalizações começaram a ceder espaço para os aspectos do cotidiano, as sensibilidades e as ações dos sujeitos históricos, demarcando um novo vocabulário dentro dos trabalhos historiográficos (CALDEIRA, 2020, p. 30).

Nessa direção, os trabalhos de Certeau (2008) e Thompson (2010) com as categorias de análise “experiência”, “negociações”, “táticas”, “estratégias” e “práticas” evidenciam os sujeitos sociais através de seus pontos de vistas, de seu lugar no mundo em detrimento de abordagens gerais. Possibilitaram a abertura da historiografia a nível internacional bem como brasileiro, no que tange a temáticas clássicas no campo da historiografia.

A discussão da ditadura militar, por exemplo, amplamente analisada pelos historiadores brasilianistas, desempenharam um papel importante na análise e divulgação do contexto político do país. Os trabalhos historiográficos de Skidmore (1967) e Dreifuss (1981) foram influentes ao



contextualizar a experiência brasileira dentro de um cenário mais amplo de regimes autoritários na América Latina, usando conceitos como “classe”, “ideologia” e “estrutura” reafirmam uma leitura dúbia da ditadura militar brasileira. Sobre essa interpretação da temática as leituras do passado autoritário não analisam as ditaduras como produto social, nesse aspecto Rollemberg e Quadrat (2011) afirmam,

As explicações que partem das oposições vítima e algoz, opressor e oprimido, buscando respostas na repressão, na manipulação, no desconhecimento (nós não sabíamos), embora sedutoras — explicam tudo sem muito esforço e sem colocar o dedo na ferida —, levaram a distorções consideráveis. Apegadas às necessidades do presente, essas construções acabam por encobrir o passado, o presente, os valores e as referências das sociedades que sobrevivem às rupturas, pontes de continuidade, a sinalizar possibilidades de futuro (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2011, p. 11).

Por isso, que as renovações de abordagens durante os anos 80 do século XX, reforçam as ambivalências em oposição as dicotomias apresentadas pelas leituras dos pesquisadores brasilianistas, e com isso, mudou-se o sentido de interpretação quando compreendem a relação das ditaduras militares com a sociedade que se inaugurou no dia 31 de março de 1964. Sobre esse aspecto, também Rollemberg e Quadrat reafirmam,

Não foi o caso de desenvolvermos aqui o debate. Apenas lembrar como as dicotomias estritas, frequentes a princípio, como colaboracionismo ou resistência, deram lugar a um quadro mais complexo e fino das muitas relações possíveis das sociedades com os regimes autoritários e ditatoriais. Nele aparecem as ambivalências, estranhas aos maniqueísmos estranhos aos humanos, ambivalências que revelam, ao contrário, as duplicidades formatadas nos moldes dos homens e mulheres (QUADRAT; ROLLEMBERG, 2011, p. 12).

O artigo tinha o uso de fontes orais, ou seja, estava no campo da “história oral”, as narrativas constituem a história oral eram “ferramentas adicionais na panóplia de fontes do historiador” (PORTELLI, 2016, p. 56). As fontes orais passam pelo tribunal do conhecimento histórico passando pelo crivo crítico de todas as fontes passam dentro da pesquisa. As fontes orais que usamos nesse artigo eram narrativas individuais dialógicas “criadas no encontro entre o historiador e os narradores” (PORTELLI, 2016, p. 58).



As fontes orais eram procriações do historiador (PORTELLI, 2016, p. 59). Com isso, as fontes eram co-criação do historiador onde ele tinha um papel ativo na sua criação e eram criadas em uma troca dialógica que se consolida na narrativa da entrevista. A entrevista ao final foi uma grande arte da escuta (PORTELLI, 2016, p. 60).

A discussão sobre o uso da história oral na pesquisa histórica ganhou relevância desde os anos 90, no que se refere a temática da ditadura militar o uso de arquivos ganhou projeção desde 2014, quando ocorreu a comemoração dos 50 anos do golpe civil-militar, possibilitando construir a polifonia das memórias da ditadura (DELLAMORE; AMATO, 2017). O presente artigo ressaltava a importância do uso de entrevistas para confrontar os documentos oficiais pensados pela ditadura militar através dos órgãos de repressão instalados nas universidades após o ano efervescente de 1968.

2. Caminhando no adeus a César: criticando os militares de 64 no campus do Guamá.

Figura 1 - Fotografia do estudante César Moraes Leite



Fonte: Memorial César Moraes Leite (2020)

A ditadura no Pará foi marcada pela presença militar e pela repressão aos movimentos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais, que lutavam por melhores condições de vida e trabalho (FONTES, 2014). Houve contestações no campo e na cidade. O estudante César Moraes Leite⁸ foi um nome significativo

⁸ Segundo Memorial César Moraes Leite (2020) ele nasceu no dia 27 de janeiro de 1961, em Belém, ele era chamado de “branco”, “alemão” ou “loiro”, segundo Sandra Leite. Em 1979 prestou vestibular para Engenharia Elétrica na UFPA como sua 1ª opção, mas classificou-se em Matemática. Foi um estudante de 19 anos calouro do curso de Matemática que teve a sua vida ceifada por uma bala na manhã de uma segunda-feira (10 de março de 1980).



dentro do contexto da ditadura militar no Brasil, especialmente no estado do Pará.

O assassinato de César Leite foi muito comentado, ele não passou despercebido dos órgãos de repressão. Vamos encontrar nos arquivos do SNI, no ministério da Aeronáutica, na base aérea de Manaus, uma sessão de informação datada do dia 17 de abril de 1980, essa documentação coloca a importância de os órgãos de repressão tomarem conhecimento do que estava acontecendo no movimento estudantil.

Para eles havia uma exploração política e ideológica da morte de um estudante universitário, esse estudante foi César Moraes Leite, então, em um documento considerado confidencial da segunda sessão do comando aéreo da aeronáutica data do dia 26 de abril de 1980, tinha como assunto a questão movimento estudantil e a exploração político-ideológica da morte de um estudante.

A origem deste relatório foi a ABE/SNI, ou seja, a base foi de Belém, que foi mandado e depois foi difundido para todo o sistema, e basicamente neste documento tínhamos condições de perceber o olhar dos órgãos repressivos sobre esta morte e como eles pensam que isso pode ser usado ideologicamente pelo movimento estudantil. Para eles o movimento estudantil ficou marcado no início de 1980 por uma “agitação em decorrência da morte acidental de um estudante no interior de uma sala de aula da Universidade Federal do Pará no dia 10 de março”⁹.

Assim, para os órgãos repressivos, o episódio foi tratado como um lamentável acidente, ainda que rapidamente aproveitado. A arma que disparou ao cair no solo pertencia a Dalvo Monteiro Júnior, estudante da UFPA e, ao mesmo tempo, agente da Polícia Federal lotado em Belém. A partir disso, iniciou-se uma narrativa de exploração das chamadas “lideranças esquerdistas”, apoiada pela imprensa local, que buscava levantar dúvidas sobre a natureza do disparo que vitimou o estudante. Questionava-se se teria sido realmente acidental.

A presença de um estudante que também era policial, dentro de uma sala de aula, passou então a ser denunciada pelos estudantes como prova da infiltração e da ação repressiva dos órgãos de segurança na universidade. Para

⁹ Movimento Estudantil – Exploração político-ideológica da morte de um estudante. Informação nº 0191/116/ABE/80.



eles então estava montado um contexto que fez com que transformassem a “morte do infeliz estudante em um fato para exploração político-ideológica com diversas contestações contra o regime e o governo”¹⁰.

O relatório informa que, no dia 10 de março de 1980, houve a celebração de missa de corpo presente, com a caixa mortuária envolvida na bandeira da União Nacional dos Estudantes (UNE). É importante lembrar que a UNE havia sido reconstruída no congresso de Salvador em 1979, e que Sérgio Carneiro, ex-presidente do DCE-UFPA, ocupava a regional norte da entidade. Os órgãos repressivos continuavam chamando esses estudantes de “esquerdistas”. Durante o enterro de César Leite, foi entoada a canção “*Pra não dizer que não falei de flores*”, de Geraldo Vandré, e várias faixas denunciavam o assassinato cometido pela repressão e exigiam a derrubada da ditadura militar. Sobre sua militância política e estudantil, Sérgio Carneiro nos recorda, em entrevista concedida ao nosso projeto:

Ele (João Batista Figueiredo) poderia ter intervindo no congresso da UNE de forma mais pesada, mas ali foi o momento que voltaram os anistiados, ali estava José Serra voltando do exílio, Brizola, era o movimento da Anistia que crescia ali muito forte, então, eu diria que ele não era uma democrata, mas ele não era da linha mais dura dos militares¹¹.

Durante sua entrevista ao nosso projeto José Carlos Boução comenta também sua atuação na reorganização do movimento estudantil universitário na Universidade Federal do Pará, assim ele nos diz

A meu ver foi um ápice de um processo de trabalho existente na época que quando se deu esse processo, nós já tínhamos vários centros acadêmicos organizados. Se você for levar em consideração o final de 1977 quando se teve a primeira assembleia pipocaram vários centros acadêmicos, talvez só tinha Geologia e Serviço Social, um ou outro curso, que eu me lembre foram esses dois, e depois foi pipocando em cada área e em cada curso, que redundou após isso a formação desse conselho, que resultou num processo mais amplo de debate dentro da universidade, de envolvimento maior das pessoas, não somente de estudantes, mas de servidores, de professores, então, o

¹⁰ Movimento Estudantil – Exploração político-ideológica da morte de um estudante. Informação nº 0191/116/ABE/80.

¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **Sérgio Antônio Martins Carneiro**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (57min e 28seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1287>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.



movimento estudantil contribuiu para que outros segmentos dentro da universidade mostrassem as suas propostas¹².

O relatório também nos dizia que durante o sepultamento foram pronunciados vários discursos que denunciavam o “regime de opressão”¹³ e “conclamavam os estudantes a enfrentarem a ditadura”¹⁴. O relatório nos dizia que nos dias seguintes foram aproveitando as suspensões das aulas.

Cabe esclarecer que o reitor, Aracy Barreto, suspendeu as aulas durante uma semana. Nesses dias, houve uma programação organizada pelas entidades estudantis. Na mesma época, o DCE-UFPA sofria uma intervenção ordenada pelo presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), que determinava que “entidades estudantis que tivessem participado do congresso da UNE e cujos diretores regionais participaram desse congresso deveriam ser destituídas”. Assim, a diretoria do DCE-UFPA foi removida, e o movimento estudantil formou o Conselho de Entidades de Base, no qual cada centro acadêmico tinha direito a um voto. Essa comissão passou a ser responsável por coordenar o DCE.

Nesse sentido, o DCE-UFPA era representado pelo conselho, e foi esse conselho que toma frente das manifestações e da organização dos atos. A programação contou com a visita ao túmulo do César Leite, segundo relatório do SNI, participaram aproximadamente 80 pessoas, ocorrendo também uma passeata no dia 12 de março de 1980 pelas ruas de Belém com cerca de 200 a 250 estudantes, portanto faixas e cartazes, protestando e cantando a canção de novo de Geraldo Vandré, e no dia 14 de março de 1980, assim dizia o relatório houve uma “vigília no colégio Nazaré dos irmãos maristas e houve protesto contra o assassinato do estudante”¹⁵.

O colégio Nazaré foi a escola onde o César Leite estudara e finalmente no dia 17 de março de 1980 com a presença do presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) Rui César Costa e Silva os protestos continuaram na cidade de

¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **José Carlos Boução da Silva**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (52min e 27seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1283>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

¹³ Movimento Estudantil – Exploração político-ideológica da morte de um estudante. Informação nº 0191/116/ABE/80.

¹⁴ Movimento Estudantil – Exploração político-ideológica da morte de um estudante. Informação nº 0191/116/ABE/80.

¹⁵ Propaganda adversa – Jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). 01 de abril de 1980.



Belém. No relatório do SNI, eles fazem questão de frisar a existência de uma “proscrita UNE”¹⁶.

Foi celebrado um culto ecumênico às 17 horas nas dependências da UFPA, no ginásio da universidade. A manifestação reuniu mais de 2.000 estudantes e, para os órgãos repressivos, não se tratou de um ato religioso, mas de um culto político, destinado a inflamar críticas à ditadura militar, ao governo, às forças armadas e aos órgãos de segurança. Durante o evento, a canção de Vandrê foi novamente entoada, acompanhada de palavras de ordem já conhecidas, como: “Abaixo a ditadura!” e “O povo unido jamais será vencido!”¹⁷, que serviram de pano de fundo para as contestações.

O culto ecumênico foi celebrado pelos seguintes religiosos: padre Savino Monbeli, professor de teologia da UFPA; padre Figueiras Rezende, do município de Conceição do Araguaia e ex-presidente da CPT do Araguaia-Tocantins; padre Bernardo Royo Montora, professor da UFPA; Frey Edberto Sena, de Santarém; Rosa Marga Roth, da Igreja Evangélica Luterana; e o rabino Abraão Ramon, da Igreja Israelita do Brasil. Entre eles, os agentes de repressão do SNI destacaram, em seu relatório, a radicalização das críticas ao regime feitas pelos religiosos.

O ato termina com centenas de estudantes indo em direção ao pavilhão F onde ocorreu o assassinato do estudante universitário, eles não concordavam com a ideia de que ocorreu uma morte acidental¹⁸, e lá em meio a novos discursos foi realizada a colocação de uma placa de bronze com os seguintes dizeres “neste pavilhão foi morto o estudante César Moraes Leite no dia 10 de março de 1980 por uma bala da repressão. Homenagem dos estudantes brasileiros. DCE UFPA. União Nacional dos Estudantes. Março de 1980”¹⁹.

Os articuladores destas manifestações segundo os agentes da repressão foi Sérgio Antônio Martins Carneiro que nesse ato era o vice-presidente norte da

¹⁶ Propaganda adversa – Jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). 01 de abril de 1980.

¹⁷ Propaganda adversa – Jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). 01 de abril de 1980.

¹⁸ O Trabalho de Conclusão de Luciano Brito (2007) sobre o evento ocorrido no campus do Guamá, destaca que foi amplamente divulgado pela imprensa local que o estudante César Moraes Leite morreu de forma acidental no campus do Guamá, sendo afirmado pelo Jornal O Liberal e o Jornal O Diário do Pará, no entanto, a documentação produzida pela CNV-UFPA através das entrevistas lançam novas perspectivas para o acontecimento através dos estudantes e dos familiares que vivenciaram o evento.

¹⁹ Movimento Estudantil – Exploração político-ideológica da morte de um estudante. Informação nº 0191/116/ABE/80.



UNE, José Carlos Boução da Silva, Luzio Horácio de Lima Neto, João Carlos Batista, Waldemar José Sá de Azevedo e Humberto Rocha Cunha que neste momento era o presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

Neste momento conclamam os estudantes a realizarem novo protesto no dia 28 de março de 1980, por que seria o dia do 12º aniversário da morte de Edson Luís de Lima Souto, que foi um estudante também paraense, foi assassinado no restaurante calabouço no Rio de Janeiro e que foi uma morte que teve grandes protestos em março de 1968 e que neste momento tinha algo parecido com o assassinato de César Leite porque ambos foram mortos por balas deferidas por agentes de segurança pública.

Nos relatórios do SNI encontramos afirmações que a imprensa local apoiou os estudantes e a sua interpretação sobre a morte de César Leite, encontramos no jornal resistência ano 2, número 11, de abril de 1980 na sua chamada de capa tinha Cesar Moraes Leite mais um crime da repressão policial, a chamada de capa deste número do jornal Resistência tinha como chamada central a guerrilha do Araguaia, granada do exército mata e mutila lavradores.

O jornal Resistência era um periódico oficial da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e tinha como perfil denunciar os crimes da ditadura militar e lutar para que o estado de direito se tornasse novamente um Estado democrática novamente no Brasil, neste jornal vamos encontrar duas matérias sobre a morte de César Leite.

Na primeira com o título muito interessante com a seguinte manchete da matéria. A matéria assinada por Rui César Costa presidente da UNE tinha como título “A ditadura foi acidental?” e traz a foto do ato ecumênico realizado no ginásio da UFPA. Nesta matéria que também aparece a foto de Rui César ele dizia que a morte César Leite deixou a cidade de Belém consternada, gerando os mais diversos comentários, os estudantes foram as ruas, os setores democráticos demonstraram o seu repúdio a presença da repressão na universidade e a discussão se tornou então se foi acidente ou não? O secretário de segurança pública declara a imprensa que as lideranças estudantis eram imbecis²⁰.

²⁰ Propaganda adversa – Jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). 01 de abril de 1980.



A pergunta que estava colocada nessas matérias jornalísticas foi que se a morte do César Leite foi um mero acidente, e Rui César dizia que acidente também não foi a morte do operário Otacílio Martins em Minas Gerais e do operário paulista Santos Dias ambos no ano passado, ou seja, ambos ocorridos em 1979, afirma Rui César que desde a implantação da ditadura militar a repressão não tinha escondido suas ações seja nas fábricas, seja nas escolas, seja nas universidades, e o que foi mais importante perguntar foi o que justifica a presença de arma dentro de uma sala de aula? Será que havia a necessidade de reprimir tanto a sociedade brasileira? Seria normal a presença de armas dentro de uma sala de aula?

Para Rui César não poderíamos considerar a morte de César Moraes Leite como simples acidente por que seria cair no erro de considerar a situação de miséria que assola o país também como mero acidente, ou a existência da ditadura militar como mero acidente, ele espera que os estudantes não aceitem de forma pacífica a morte de César Leite²¹, e que pelo menos os órgãos repressivos retirem das universidades as assessorias de segurança e informação que até hoje eram colocadas dentro das universidades.

No jornal Resistência que vem anexo nos relatórios do SNI nós tínhamos uma outra grande reportagem sobre César Moraes Leite, o título da matéria foi “você estava presente” com muitas fotos do campus do Guamá na passeata pela cidade de Belém que falava da morte onde havia um resumo dizendo que não havia qualquer hospital ou serviço médico eficiente no campus universitário, pois, o reitor Aracy Barreto apesar de médico nunca teve tempo de se preocupar com isso, assim, carregado por alguns colegas e pelo agente federal Dalvo Monteiro, o corpo de César Leite foi transportado para o Pronto Socorro Municipal havia pelo menos 35 minutos de distância do campus do Guamá.

No PSM ao invés de logo tomarem providências urgentes, o policial estudante preocupou-se em evadir-se, telefonou para polícia federal que mandou ele imediatamente sair do local, então, segundo a matéria a polícia federal deu fuga ao agente Dalvo, que também contou com a ajuda e o olhar complacente do chefe de segurança do reitor da UFPA Manuel Cirino da Silva, sem assistência médica efetiva César Leite morre 30 minutos depois de chegar no PSM já na

²¹ Propaganda adversa – Jornal Resistência, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH). 01 de abril de 1980.



presença de sua mãe Helena Moraes Leite e de sua irmã Sandra Leite. Durante entrevista ao nosso projeto a UFPA e os Anos de Chumbo, a irmã de César Leite assim nos lembra inclusive que a reitoria da UFPA queria conceder uma bolsa de estudos como forma de tentar solucionar a questão da morte do César Moraes Leite,

A postura da universidade foi de pagar o enterro, como a minha mãe foi internada recebeu a visita do reitor na época que era o Aracy Barreto, a pessoa que fez a visita foi o primo do meu pai, e que após a permissão da minha mãe de que ela iria receber o reitor, antes da chegada do reitor. Ele chegou antes ao hospital, e me disse que o reitor iria levar uma boa notícia para mim, que ele iria falar com a mamãe, mas que ele iria me dar uma boa notícia, então, na hora eu não podia dimensionar e nem teria capacidade mental, eu estava absolutamente envolvida com tudo isso, e depois da conversa com minha mãe, ele pediu para se retirar e queria falar comigo do lado de fora que a universidade iria me conceder uma bolsa para que eu não parasse de estudar e ali fora eu reagi retrucando, repudiando, que jamais eu iria aceitar qualquer bolsa, qualquer quantia, que não existia isso dentro da universidade, porque eu entrei em 77 na universidade e já recebia crédito educativo, então, eu sempre soube que não tinha disponibilidade de nenhum tipo de bolsa²².

Ao entrevistar a irmã de César Moraes Leite o objetivo foi tentar perceber o trauma, foi tentar perceber as sensibilidades da família, por que esse espaço da família, da história privada e da história do cotidiano, pois, as sensibilidades históricas produzem moldam as identidades dos sujeitos envolvidos, apresentando uma percepção dos eventos traumáticos e realçando as injustiças no tempo presente (BRESCIANI; NAXARA, 2004, p. 12). O espaço dessa história que advém da não justiça, da não reparação, não aparece nas matérias dos jornais da grande imprensa ou produzidos pela SDDH, não aparece na abordagem dada ao movimento estudantil à época a discussão sobre os direitos humanos.

O movimento estudantil estava interessado em denunciar o aparato repressivo dentro das universidades, mas a entrevista de Sandra Leite nos mostra que havia uma herança de trauma, de não reparação, de injustiça que também faz parte da história da ditadura militar, aliás eram mais de 40 anos esperando por

²² UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **Sandra Helena Moraes Leite**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 39seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.



justiça e reconhecimento e até hoje César Moraes Leite não tinha nenhum reconhecimento em relação a isso, por parte da Universidade Federal do Pará.

A partir deste momento o jornal Resistência nos informa que houve protestos, durante a noite mesmo o DCE-UFPA fez uma grande reunião no campus e mais uma vez o reitor Aracy Barreto tentou desmobilizar e suspendeu as aulas por uma semana, um fato inédito que nunca tinha acontecido na UFPA. Uma tentativa de esvaziar o movimento estudantil na UFPA, pois, havia-se construído uma frente ampla de defesa da memória do estudante César Moraes Leite na cidade de Belém (ALVES, 2024).

A reunião dos estudantes não pode acontecer dentro do campus e ela foi realizada na frente do campus da UFPA no meio da rua, sobre o olhar da vigilância e de carros da política militar e de agentes da polícia federal, foi tirada uma nota oficial que foi reproduzida e assinada por várias entidades democráticas. A nota afirma que um estudante foi morto por um agente da polícia federal do campus universitário, e se foi acidental ou proposital não se pode responder ainda, mas o fato da existência de órgãos de repressão armados dentro da universidade e o caráter nitidamente repressivos da reitoria da UFPA leva a um clima propício para ocorrência de fatos inaceitáveis como a morte de César Leite.

Apesar de que se fosse uma segunda-feira a universidade foi fechada, ela foi esvaziada depois do que aconteceu, e diferente do que foi previsto do luto de morte por autoridade, um luto de três dias, então, na verdade foi instituída e foi anunciada um luto, e foi indicada um luto de cinco dias, e que na verdade a ideia era manter a universidade fechada por uma semana, para tentar entender o que tinha acontecido e provavelmente a universidade, a União e a polícia federal tentassem achar ali como iriam conduzir essa questão mais adiante²³.

O depoimento da irmã de César Leite, Sandra Leite, destacava a dificuldade de determinados setores da UFPA em tentar explicar o que aconteceu no dia 10 de março de 1980? Assim, ela nos lembra que após o ocorrido a UFPA tentou abafar o caso, e não deu explicações para a sociedade paraense e nem para família do que estava acontecendo. Durante sua entrevista ao projeto UFPA e os anos de chumbo Sandra Leite nos afirma não ficar comprovado que Dalvo

²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **Sandra Helena Morais Leite**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 39seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.



Monteiro não foi confirmado como estudante da universidade. Em sua entrevista, assim Sandra Leite, nos relata:

Não foi comprovado que ele era aluno da universidade, então, o que nós pudemos apurar era a possibilidade através de uma queixa-crime, um processo que foi iniciado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e que foi um processo que só findou 6 anos depois, e como a teve prescrição devido findar em 5 anos, disseram então libera de cumprimento de pena, foi uma decisão final graciosa, tendenciosa. Era uma coisa misturada com muito medo. Nós sentíamos muito medo, tanto por ligações, por perceber que tinham pessoas infiltradas que nós não reconhecíamos, tentavam se ambientar, tentavam se aproximar, tinham também essas questões relacionadas a processos de justiça²⁴.

A nota exigia o desmantelamento do quadro repressivo e o fim da ditadura militar, bem como a indenização da família de César Leite pela união, a imediata apuração dos fatos e punição dos culpados, a punição de todos os torturadores e assassinos do sistema, anistia ampla, geral e irrestrita e o afastamento dos membros da direção da UFPA que tinha comportamentos autoritários e repressivos. A lei nº 6.683, a anistia visava principalmente a perdoar crimes políticos cometidos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, ela foi assinada pelo presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), permitindo o retorno ao Brasil de exilados e o restabelecimento dos direitos políticos de várias figuras perseguidas pelo sistema político iniciado no dia 31 de março de 64, incluindo artistas, intelectuais, estudantes e militantes que lutaram contra a ditadura militar instaurada em 1964.

Depois de quinze de instauração do governo militar, as principais lideranças exiladas em 1964 estavam novamente de volta ao país. Não foi exagero afirmar que nasci ali um novo Brasil naquele momento. Para abertura levada a cabo por Figueiredo, a primeira fase fora concluída com êxito. O momento era de seguir na direção pretendida (PASQUALETTE, 2021, p. 133).

A anistia no Brasil marcou o início do processo de abertura política, mas deixou uma lacuna em termos de justiça para as vítimas da ditadura e para suas famílias, incluindo aqui a discussão sobre a morte de César Moraes Leite. As organizações de direitos humanos e familiares de desaparecidos e torturados reivindicam até hoje a revisão da anistia para que crimes de tortura e assassinato não sejam incluídos no escopo do perdão pensada pelo então presidente

²⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **Sandra Helena Morais Leite**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 39seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2024.



Figueiredo, argumentando que tais ações constituem crimes contra a humanidade, os quais não deveriam ser anistiados.

O debate sobre a validade e os limites da anistia no Brasil ainda persiste, sendo uma questão central para a memória e a justiça social. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 pela presidente Dilma Rousseff (2010-2016), foi considerada um momento importante para investigar os crimes cometidos durante a ditadura militar e lançar luz sobre os abusos de direitos humanos, mesmo que sem punição formal devido à Lei da Anistia. Devido aos limites deste texto, não tínhamos a intenção de aprofundar as discussões sobre a Anistia, direitos humanos e crimes políticos em tempos autoritários.

A matéria também falava das passeatas que ocorreram ao longo da semana, e falava que no dia 1º a tarde teve reuniões na faculdade de Medicina, os estudantes decidiram paralisar as aulas, nas outras escolas superiores em passeatas com faixas se dirijam ao Centro de Estudos Superiores do Pará (CESEPE) conseguindo suspender as aulas e engrossando a manifestação, gritando palavras de ordem, tirando as ações e conclamando a população. Gritando! Você aí parado, pode ser assassinado!²⁵. As passeatas ocorreram no bairro de Nazaré. A música “Pra não dizer que não falei de flores” de Geraldo Vandré era cantada a todo momento.

Concluimos que após 44 anos do assassinato não houve justiça e nem reparação para a família do estudante César Moraes Leite, convivem até hoje com o luto e a falta de políticas de reparação dentro da Universidade Federal do Pará (UFPA). É uma sociedade que ainda não acertou contas com o passado autoritário recente e exigem do Estado e da universidade uma política de memória que leve em consideração as vítimas e sujeitos que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pela ditadura militar brasileira.

As políticas de memória incluem a promoção da justiça social, o fortalecimento da identidade coletiva e a prevenção da repetição de eventos traumáticos (ALVES, 2024). Espera-se que elas possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sensível às experiências de diferentes grupos, promovendo o respeito pela diversidade e a resiliência coletiva (PORTELLI, 2006, p. 25).

²⁵ Movimento Estudantil – Exploração político-ideológica da morte de um estudante. Informação nº 0191/116/ABE/80.



Os documentos oficiais do SNI fazem um silenciamento da família de César Leite. Não colocam em discussão a vida privada da família do estudante universitário, bem como não coloca em pauta as ações dos direitos violados em tempos autoritários. A irmã de César Leite, durante entrevista nos conta

Em muito pouco tempo nós conseguimos um contato de alguém que entrasse com processo contra a união, que foi outro drama que a gente viveu, somente depois que minha mãe conseguiu alguém que entrar. Por que aquela coisa. Ah, eu sou professor da universidade, eu trabalho no serviço público, eu sou impedido de advogar contra união, e havia todas essas justificativas e as pessoas não avaliaram, que era algo que pudesse dar em alguma coisa, foi entrada com processo contra união pela advogada Deusdete Brasil, em todas as instâncias meus pais ganharam a ação, eram favoráveis a eles. Em todas as situações a advogada da união recorre a todas essas causas ganhas, e sempre comentando que não, que isso não foi devido, então, foi o próprio Estado brasileiro negando uma coisa que até hoje estava explícito a resposta da responsabilidade do poder público com isso²⁶.

Durante muito tempo tentaram tirar a culpa do ocorrido de Dalvo Monteiro, dizendo que ele não estava de plantão, afirmando que ele usou indevidamente a arma na sala de aula e que a polícia federal não tinha nada a ver com isso, e que ele não tinha nenhuma voz de comando que fosse trabalhar dentro da UFPA. Criaram-se várias situações para que o agente da polícia federal fosse inocentado do caso César Moraes Leite. A dor da mãe de César Leite, também foi lembrada durante o depoimento de sua irmã, por não ter sido feita justiça e nem reparação, quando nos fala

A família de desestruturou desde que ele morreu, então foi dada o ganho da causa a partir daquele momento com toda uma conta com 1/6 de seis salários-mínimos para cada um dos meus pais, como meu pai morreu a união voltou na justiça para que o processo voltasse para a primeira instância, uma coisa inédita no trâmite da justiça brasileira. Um processo voltar da última instância e voltar para a primeira instância, porque a universidade disse que morto não tinha que receber nada²⁷.

²⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **Sandra Helena Moraes Leite**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 39seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

²⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com **Sandra Helena Moraes Leite**. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (59min e 39seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1284>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024.



A discussão pensada em torno da justiça e reparação a ser feita pelo Estado e pela Universidade continua a ser executada, ocorre atualmente uma disputa pela memória em torno dos eventos traumáticos no campus do Guamá, de um lado a figura do reitor Silveira Netto e toda a estrutura opressora pensada desde 1960, e que chega ao seu ápice com a morte do estudante universitário, bem como as violações aos direitos humanos pensadas neste artigo, por outro lado, os estudantes universitários contestando os militares e sua estrutura repressiva dentro e fora do campus do Guamá na UFPA.

Considerações finais

A discussão proposta neste artigo foi de que a ditadura militar na Amazônia deixou feridas abertas na UFPA. Com isso, espera-se que 60 anos depois as políticas memória dentro da UFPA possam construir um olhar crítico e reflexivo contra esquecimento deste período autoritário no interior do campus. A vigilância era presente e constante no campus do Guamá, e mesmo aqueles que não tinham a marca de ser “elemento subversivo” ou “agitador” como o caso do César Moraes Leite teve sua ceifada por uma bala da ditadura (BRITO, 2006).

A documentação apresentada demonstra que a narrativa histórica do reitor Silveira Netto, após 60 anos de instalação da ditadura no dia 31 de março de 64, não se sustenta diante da abertura dos arquivos da repressão impulsionados pela CNV no Brasil, aqui no Pará, teve-se seus passos vigiados pelo serviço de espionagem dentro da UFPA, a documentação demonstra que os professores sofreram perseguições políticas, aposentadorias compulsórias e informações sobre contratações ou não de professores considerados subversivos (FONTES, 2014; MOURÃO, 2022).

Nos anos 80, durante a redemocratização, os problemas brasileiros imaginados pela ditadura militar (milagre econômico, desenvolvimento, política sanitária, vigilância social, entre outros) foram colocados em discussão dentro da sociedade brasileira e das universidades, o debate político e social dentro das universidades pensaram em desestabilizar a ditadura por dentro da ditadura, e para isso, encontraram como caminho no caso da UFPA: a morte pelo Estado brasileiro do estudante César Moraes Leite.

Cabe-se destacar a morte do estudante César Moraes Leite, volta a ser colocado na pauta por justiça e reparação dentro do relatório da Comissão



Estadual da Verdade do Pará, quando mencionam no referido relatório que “o crime foi reconhecido como acidente pelo judiciário, e o policial foi inocentado” (MOURÃO, 2022, p. 108). Como forma de política de memória, na tentativa de lembrar para não esquecer, o nome da Comissão da Verdade da UFPA foi atribuído ao estudante assassinato dentro do campus do Guamá.

Nesse sentido, existe uma herança da ditadura militar que precisa ser repensada 60 anos depois. Os lugares de memória dentro da UFPA podem ser estratégias de políticas de memória contra o esquecimento, que podem ser implementadas em sociedades que lembram do passado para não repetir mais os crimes, as torturas, as aposentadorias compulsórias. Existem apenas protestos dentro do campus do Guamá realizadas pelo Diretório Central dos Estudantes da UFPA.

Houve-se uma leitura do passado repressivo na UFPA a partir dos trabalhos da comissão da verdade instala, mas não se tinha dez anos depois de instalada a Comissão da Verdade e Memória César Moraes Leite na UFPA, lugares de memória que nos lembrem através de espaços de convivência, nome de salas, monumentos que nos lembre a história desses sujeitos que também fazem parte da história da UFPA, ainda permanece uma história oficial em torno do reitor Silveira Netto como o idealizador e construtor do campus do Guamá, por exemplo, Ruy Guilherme Barata, Heraldo Maués, César Moraes Leite, Camilo Montenegro, entre outros. A UFPA precisa repensar sua política de memória urgentemente!

Data de submissão: 12/11/2024

Data de aceite: 02/05/2025

Referências

ABREU, Alzira. A democratização no Brasil: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALVES, Davison. Estudo(s) de problemas brasileiros: A história de uma disciplina conflituosa e vigiada (1969-1993). Jundiáí-SP: Paco Editorial, 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

BRESCIANI, Bresciani; NAXARA, Márcia. Memória e (Re)sentimento. São Paulo: Unicamp, 2006.



CHERVEL, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 177-229.

DELLAMORE, Carolina, AMATO, Gabriel, BATISTA, Natália (Org.). *A ditadura aconteceu aqui – a História Oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo: Letra & Voz, 2017.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 4, núm. 1, janeiro-junho, 2012, pp. 5-23

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014 (coleção de bolso - 35).

FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA). *Acervo*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 280–292, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/473>. Acesso em: 28 out. 2024.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

MAGALHÃES, Livia. *Com a taça nas mãos: sociedade, copa do mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2014.

MOURÃO, Leila. Universidade Federal do Pará. In: ANGELINA, Anjos (et. al.). *Comissão Estadual da verdade e memória do Pará: relatório Paulo Fonteles Filho, tomo II*. Belém – Pará: editora pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará: IOEPA, 2022.

PASQUALETTE, Bernardo. *Me esqueçam - Figueiredo: a biografia de uma presidência*. Rio de Janeiro: editora Record, 2021.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letras e voz, 2016.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, v.2 volume II* [tradução Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa]. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SILVA, Tomas. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

